ANO XXIV • Nº 1210 • 11 A 16 DE JULHO DE 2017 • www.sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

FASUBRA Sindical CUT

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Fim de uma era de direitos

Os trabalhadores brasileiros nunca foram tratados com o respeito que merecem pelo Estado e pelos empregadores, mas a proposta de reforma trabalhista do governo ilegítimo e denunciado por corrupção passiva, que vai à votação no plenário do Senado Federal nesta terça-feira, 11, põe uma pá de cal nas leis trabalhistas existentes.

Se o projeto for aprovado, vai à sanção presidencial. Se for rejeitado, será arquivado.

Há compromisso do governo, por acordo realizado na Casa, que, se aprovado, haverá vetos, com envio de medida provisória ao Congresso tratando sobre os pontos que deverão ser vetados:

1) trabalho intermitente, 2) jornada 12h/36h, 3) participação sindical/negociação coletiva, 4) gestantes/lactantes, 5) insalubridade/negociação coletiva, 6) dano extrapatrimonial, 7) autônomo exclusivo e 8) contribuição sindical.

Páginas 3 e 6

Eleição para a direção do Sintufrj

Três chapas se inscreveram e foram homologadas para disputar o pleito. A votação em primeiro turno é em agosto. *Página 5*

DOIS PONTOS

Conselho de Delegados se reúne para divisão de tarefas

Foto: Renan Silva

A reunião do Conselho de Delegados Sindicais de Base na sexta-feira, 7 de julho, para avaliar a greve geral de 30 de junho e a conjuntura e para planejar as próximas mobilizações para barrar a retirada de direitos não foi deliberativa devido ao baixo quórum.

Mesmo assim os presentes aproveitaram a oportunidade para discutir as ações de mobilização, a continuidade do processo eleitoral para delegados sindicais de base e as propostas de organização do próprio Conselho.

Nova data – A próxima reunião do Conselho será na quinta-feira, dia 20 de julho, às 10h, no Espaço Cultural do Sintufrj, com a seguinte pauta: informes, conjuntura e eleição de delegados sindicais de base nos locais onde ainda não foi realizada.

Deliberações

Ato unificado – O Conselho de Delegados deliberou sobre engrossar o ato unificado agendado pelas centrais sindicais para segunda-feira, dia 10, no Aeroporto Santos Dumont, para pressionar os deputados da bancada do Rio de Janeiro que estariam embarcando para Brasília a votar contra a aprovação da reforma trabalhista.

Insegurança no IFCS – A delegada sindical Ana Beatriz Pinheiro, do Instituto de História, relatou que pessoas estranhas à unidade estão intimidando servidores e estudantes para terem acesso à refeição do Sistema de Alimentação da UFRJ.

Os delegados aprovaram que a direção do Sintufrj deve realizar reunião com a direção do Instituto de História e do IFCS, ainda nesta semana, e com os trabalhadores (representantes da Adufrj e do DCE Mário Prata também devem ser convidados) para discutir a situação. Se for necessário, o problema deverá ser levado à bancada dos técnicos-administrativos no Conselho Universitário.

Eleição de delegados – O Conselho também concluiu que é necessário eleger representantes sindicais nas unidades onde ainda não houve eleição, como é o caso do IFCS e do Instituto de Química.

Os delegados Orlando da Conceição Simões, do Instituto de Biologia, e Ana Beatriz ficaram encarregados de levantar, junto à secretaria do Sintufrj, quais são as outras unidades que ainda não elegeram seus representantes. Na oportunidade, a dupla também solicitará à secretaria que convoque por e-mail todos os delegados para a reunião no dia 20 de julho.

Sintufrj de olho no assédio moral

Fotos: Divulgação

Prosseguem as palestras nas unidades, promovidas pelo Sintufrj, sobre assédio moral no âmbito do serviço público federal. As mais recentes foram realizadas para os trabalhadores do Restaurante Universitário, no dia 16 de maio, e do Museu Nacional, em 22 de junho.

Ministradas pela advogada da entidade Laura Astrolábio, as palestras compõem uma das etapas do Projeto de Combate ao Assédio Moral, trabalho que o Sindicato vem desenvolvendo por intermédio da Coordenação de Políticas Sociais, tendo à frente a coordenadora Marli Rodrigues.

Iniciado em outubro de 2016, o projeto tem o objetivo de dar atendimento dinâmico e direcionado ao sindicalizado vítima de assédio moral na universidade. "As palestras têm o objetivo de combater o assédio através da prevenção pela informação", define Marli.

"Não se cale, procure seu sindicato"

A orientação geral é que os servidores em situação de assédio recorram ao Sintufrj. O plantão jurídico dedicado ao atendimento às vítimas de assédio moral é realizado todas as quartas-feiras. O agendamento deve ser feito pelo telefone (21) 3194-7119.

Atenção: fique atento à agenda de reuniões que será divulgada no Jornal do Sintufrj, no site e no facebook da entidade sindical.

HUCFF recebe prêmio na Suíça

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) recebeu prêmio da Associação Europeia de Medicina pelo profissionalismo de suas equipes e pela confiança dos pacientes nos tratamentos.

Critérios – A escolha do HUCFF baseou-se nas adversidades que os profissionais enfrentam cotidianamente, na resistência da gestão em prosseguir lutando pela sobrevivência da unidade e nos depoimentos dos pacientes na mídia elogiando o hospital.

O prêmio foi entregue ao diretor do HUCFF, Eduardo Côrtes, no dia 5 de julho, em Lucerne, Suíça.

"Essa conta é de todos"

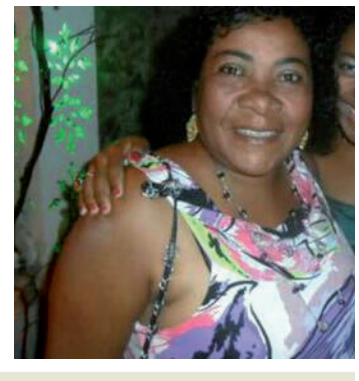
No dia 4 de julho, a Reitoria da UFRJ publicou comunicado reiterando a meta de reduzir 25% no consumo de energia da instituição, e conta, para isso, com a compreensão da comunidade universitária. "Sem o seu empenho pessoal, consciente, crítico, não alcançaremos a meta. Se não conseguirmos alcançar nosso objetivo, isso aumentará o risco de agravamento da crise orçamentária", alertou o reitor Roberto Leher no documento divulgado no portal da UFRJ.

Estas são as orientações para a redução do custo com energia na universidade:

- Desligue os aparelhos de ar-condicionado ao sair do ambiente;
- Apague sempre as lâmpadas dos ambientes desocupados;
- Desligue da tomada os aparelhos em stand by;
- Ative o modo econômico do seu computador;
- Economize energia entre 17h30 e 20h30, horário de maior consumo e tarifação mais alta.

Outras informações sobre a campanha e para contribuir com ideias, acesse: www.ufrj.br/essacontaedetodos.

Nota de falecimento



Com pesar comunicamos o falecimento da técnica-administrativa Elisabeth da Silva, ocorrido no dia 3 de julho. Ela atuava como atendente de consultório na Faculdade de Odontologia, onde fez inúmeros amigos. Companheira na UFRJ desde 1986.

JORNAL DO Sintufrj
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Rafael Coletto Cardoso, Milton Sérgio Santos Madeira e Aluizio Nascimento / **Conselho Editorial:** Coordenação-Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** Amag / **Reportagem**: Amag, Eac e Regina Rocha / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto, Jamil Malafaia e Edilson Soares / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 6.500 exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação.
Tel.: (21) 3194-7100 **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

REFORMA TRABALHISTA

A vida dos trabalhadores nas mãos de um Congresso fisiológico, corrupto e conservador

Foto: Renan Silva

CENTRAIS sindicais e movimentos sociais vão manter a mobilização em defesa de direitos

O governo golpista e seus apoiadores correm para aprovar a reforma trabalhista (PLC 38/17) em regime de urgência, mesmo com toda a impopularidade do projeto e da própria classe política. Como se sabe, esse projeto é o sonho de consumo do empresariado e faz parte da agenda de reformas assumidas por Temer como contrapartida ao golpe na democracia que tirou Dilma Rousseff da presidência da República.

A votação conclusiva está prevista para esta terça-feira, dia 11 de julho, a partir das 11h, no plenário do Senado Federal. De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a tendência de votos é a seguinte: Sim, de 46 a 58 votos; Não, de 25 a 28 votos. Mas os movimentos sindical e sociais não perdem a esperança, e desde a segunda-feira, 10, promovem ações em Brasília e nos estados.

Mobilização nacional

Na segunda-feira, 10, estavam previstos atos nos aeroportos, e no dia da votação, na terça-feira, 11, a CUT realizaria pela manhã a "Marcha Contra os Assassinos de Direitos", na capital federal, com concentração no Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios. A Fasubra indicou ações nos estados e participação dos delegados à plenária nacional nos atos em Brasília.

As 178 emendas apresentadas para discussão no plenário tiveram parecer contrário do relator do projeto, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Nem todas as emendas foram de partidos de oposição. Há várias, como, por exemplo, de dois senadores do PMDB, partido de Temer. O governo impôs a tramitação sem emendas para que o projeto não voltasse à Câmara Federal.

Mudanças propostas

Fim da CLT e da Carteira de Trabalho – A proposta do governo altera mais de 300 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e cria ao menos duas modalidades de contratação: a de trabalho intermitente, por jornada ou hora de serviço, e o chamado teletrabalho, que regulamenta o "home office".

Adeus a direitos conquistados – Um dos principais pontos da reforma abre a possibilidade para que negociações entre trabalhadores e empresas se sobreponham à legislação trabalhista, o chamado "acordado sobre o legislado". Poderão ser negociados à revelia da lei o parcelamento de férias, a jornada de trabalho, a redução de salário e o banco de horas.

Jornada a bangu – Para a jornada de trabalho, o texto prevê que empregador e trabalhador possam negociar a carga horária num limite de até 12 horas; entretanto, só poderá ser realizada desde que seguida por 36 horas de descanso.

Adeus a 30 dias de descanso – Já as férias poderão ser divididas em até três períodos, mas nenhum deles poderá ter menos que cinco dias corridos. Hoje, a CLT prevê jornada máxima de 44 horas semanais e férias divididas apenas em dois períodos, nenhum deles inferior a dez dias.

Sindicatos sem poder de fogo – Entre as mudanças propostas estão também o fim da assistência obrigatória do sindicato na extinção e na homologação dos contratos; extinção do imposto sindical obrigatório; permissão para redução do intervalo para almoço, hoje de uma hora. O contrato de trabalho deverá ter limite de 120 dias.

Expectativa da oposição no Congresso

Foto: Internet

Na segunda-feira, dia 10, era esperado que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, se posicionasse sobre um mandado de segurança que pede a suspensão da tramitação da reforma trabalhista no Senado. A ação foi interposta pelos senadores do PT, que alegam que a proposta desrespeita artigo introduzido pela Emenda Constitucional (EC) do teto de gastos públicos, aprovada em dezembro do ano passado.

Segundo o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o texto da reforma trabalhista encaminhado pelo governo deveria respeitar a emenda constitucional formulada por eles e apresentar o impacto orçamentário da reforma trabalhista, já que um dos artigos diz que "a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro".

"Achamos que nossas chances *(de suspender a tramitação)* são enormes. O impacto orçamentário não veio. Em nenhum momento, em nenhuma comissão, foi discutido isso", disse, citando como exemplo o cálculo sobre o impacto da não obrigatoriedade da contribuição do imposto sindical.

Na ação, os senadores apontam diversos pontos do texto que, além de retirar direitos dos trabalhadores, impactam o orçamento e representam renúncia de receita devido a possíveis reflexos da flexibilização dos direitos do trabalhador sobre o recolhimento de impostos na folha de pagamento.

A ação também destaca outra violação à Constituição, que determina que a tramitação de projetos que acarretem aumento de despesa ou renúncia de receita "será suspensa por até 20 dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal".

"Uma proposição legislativa deve vir acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário e financeiro. Se não vier do impacto orçamentário e financeiro, 1/5 dos senadores apresenta um requerimento que susta a tramitação da votação desse projeto por 20 dias (...). Estamos muito confiantes, porque está expresso [na lei]", disse Lindbergh, que se encontrou com a presidente do STF na segunda-feira.

Pelo plano do governo Temer e seus aliados, para atender à agenda do mercado financeiro, o texto da reforma trabalhista não teria alteração dos senadores. Assim, o projeto não precisaria voltar à Câmara para avaliação, como determina a Constituição, sob a promessa de se alterar o projeto por meio de medidas provisórias e vetos presidenciais.

"Ao invés de o Senado Federal fazer valer seu direito constitucional modificando a proposta e devolvendo para a Câmara, resolve recomendar veto a um presidente que ninguém sabe se amanhã continuará presidente", afirmou o senador José Pimentel (PT-CE).

Do* Portal Vermelho*, com informações de agências

FASUBRA

Plenária aprova plano e calendário de lutas

Em meio à crise política e econômica em que o país está mergulhado, aos mais graves ataques aos direitos dos trabalhadores e à redução de verbas para as instituições federais de ensino superior (Ifes), saúde e educação em geral, a Fasubra realizou, nos dias 8 e 9 de julho, na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), a plenária nacional estatutária que discutiu e deliberou sobre o plano de lutas para enfrentar essa conjuntura tão desfavorável aos servidores.

Participaram da plenária cerca de 200 delegados das entidades filiadas, que também aprovaram o Regimento Interno do próximo Congresso da Fasubra previsto para os dias 26 de novembro e 1º de dezembro. Todos os presentes foram orientados pela Federação a permanecer em Brasília nos dias 10 e 11 de julho para participar das manifestações contra a aprovação da reforma trabalhista (PLC 38/17), no Congresso Nacional.

Foto: Fasubra

CERCA de 200 técnicos-administrativos de todas as Ifes filiadas à Fasubra estavam presentes na plenária nacional

Conjuntura exige unidade

A plenária foi aberta no dia 8 com a análise de conjuntura. Para o coordenador-geral Rogério Marzola, o governo tenta superar a crise política e retomar a agenda de ataques à classe trabalhadora. "As mobilizações a partir do dia 8 de março conseguiram marcar uma ofensiva dos trabalhadores, mas algumas centrais sindicais têm negociado a questão do imposto sindical com o governo para manter privilégios", disse ele.

"Não queremos eleição indireta, ou seja, substituir Temer pelo Maia *(Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados)*. Temos que discutir qual é a alternativa após o Fora, Temer", enfatizou a coordenadora-geral Leia Oliveira.

Na opinião da dirigente, a categoria deve deixar claro às centrais sindicais que não são apenas direitos trabalhistas que estão em risco: "O nosso país está sendo vendido a preço de banana, por isso temos que lutar por nossos direitos, mas também pela soberania da nação, empregos e eleição direta já".

O coordenador-geral Gibran Jordão alertou para a necessidade de unificar a luta pelos direitos sociais e pela democracia, seguindo o calendário unificado das centrais sindicais contra as reformas, contra o governo Temer e Maia. "Tem que votar eleições diretas para o presidente e para o Congresso, não adianta só mudar a presidência", disse.

Deliberações

O relatório final com todas as deliberações da plenária será publicado em breve no site da Fasubra, mas veja alguns pontos que foram aprovados:

Calendário de lutas – A plenária aprovou para 3 de agosto a realização de um dia nacional de lutas com paralisação em defesa do financiamento público das universidades – porque o MEC já divulgou orientação para que as universidades aumentem seus recursos próprios para redução do orçamento público – e também para anunciar a campanha salarial.

Leia Oliveira lembrou que, "na reunião da Fasubra com o MEC, em dezembro, o secretário manifestou com muita clareza a intenção de rever, em nossa carreira, a parte dos incentivos. Por isso achamos que é arriscado sentar para negociar pauta salarial com um governo que quer retirar o que a gente tem e que não é legítimo. A plenária debateu muito isso".

Confasubra – A plenária aprovou o temário do Confasubra, que incluirá temas como a educação, a luta contra todos os tipos de opressão e também a alteração estatutária (porque foi considerado que o estatuto da Fasubra está defasado). O congresso contará com mesas sobre mulher, raça, LGBT, hospitais universitários e democratização da mídia.

Plano de lutas

Com base na conjuntura nacional:

• A Fasubra precisa fazer parte de uma forte campanha que tenha objetivo derrotar as reformas, derrubar Temer, impedir eleições indiretas e exigir Eleições Diretas Já!

• Denunciar intensamente a falência do sistema político e a maioria dos deputados eleitos com dinheiro da corrupção e que estão a serviço das grandes corporações.

• Continuar construindo parcerias com os parlamentares do campo da resistência contra as reformas.

• Aprofundar o debate sobre saídas democráticas e populares para a crise política, considerando que qualquer proposta de reforma que vier deste congresso tem um caráter antipopular.

• Enviar documento político, a ser elaborado pela direção nacional, às centrais propondo a continuidade do calendário de lutas unificado, discutir a construção de uma nova greve geral contra as reformas e os ataques contra direitos sociais e democráticos.

• Seguir construindo comitês estaduais de base contra as reformas em unidade com sindicatos, movimentos sociais e centrais sindicais.

• Construir em conjunto com as entidades da educação federal uma ampla campanha denunciando a toda a população a crise das instituições públicas de ensino superior.

Calendário de Lutas

• 10 a 12 de julho – Manifestações nos estados, aeroportos e no Congresso Nacional contra a reforma trabalhista. Procurar os senadores nos estados.

• 11 de julho – Dia Nacional de Lutas contra a reforma trabalhista.

• 13 de julho – Participação na audiência pública na Câmara, às 9h30, sobre os impactos da redução do orçamento das instituições federais de educação superior, no plenário 10 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

• Julho – Ações nas reitorias para exigir posicionamento da Andifes sobre financiamento e abertura de negociações por parte do governo em relação à pauta da Fasubra.

• 12 a 17 de Julho – Período de articulação com os segmentos da comunidade acadêmica (entidades sindicais filiadas à Fasubra, seções sindicais das/dos docentes, DCEs, APGs) para a construção de uma Assembleia Universitária para debater as questões referentes ao financiamento público das instituições de ensino (superior, técnico e tecnológico, básico). Relançamento do SOS Universidade.

• 16 a 22 de julho – SBPC. Ato em BH no dia 20.

• 18 a 28 de julho – Período de realização de assembleias das entidades para construção do dia nacional de paralisação em defesa das instituições federais de ensino.

• 18 a 28 de julho – Período de realização de assembleias universitárias – defesa de financiamento público da educação.

• 3 de agosto: Dia Nacional de Luta e Paralisações em defesa das instituições de ensino públicas e por abertura de negociações. Ações nas reitorias.

• Protocolar documento para as/os reitoras/es que tenha o teor de solicitar à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) que pressione o governo federal para realizar reuniões com as entidades da educação para tratar do financiamento público das instituições públicas de ensino superior e da Campanha Salarial.

2ª Quinzena de agosto – Ação em Brasília em defesa da universidade pública, em conjunto com as entidades da educação, em defesa de orçamento para a educação e por abertura de negociações (data ainda a definir).

• Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) – Propor ações unitárias (manifestações e paralisações) para o segundo semestre que envolvam intensificar a pressão sobre o Ministério do Planejamento para abertura de negociações com todas as entidades do funcionalismo.

ELEIÇÃO SINDICAL

Categoria vai às urnas em agosto

Começa a disputa para a direção do Sintufrj e composição do Conselho Fiscal da entidade

Três chapas disputarão a preferência dos sindicalizados para assumir a direção do Sintufrj (gestão 2017-2020). Os concorrentes se inscreveram no último dia do prazo determinado no edital, ou seja, na quinta-feira, 6 de julho, na secretaria do Sintufrj. A homologação foi no dia seguinte.

Concorrem a Chapa 1: Frente de Oposição – Pra Mudar o Sintufrj; Chapa 2: Ressignificar – Nenhum Direito a Menos; Chapa 3: Unidade na Luta (Tribo, MLC e CSC) – Nenhum Direito a Menos!

A eleição para a direção do Sintufrj e composição do Conselho Fiscal, em primeiro turno, será realizada nos dias 15, 16 e 17 agosto; em segundo turno nos dias 12, 13 e 14 de setembro. Conheça as chapas:

Chapa 1
Frente de Oposição – Pra Mudar o Sintufrj

Coordenação geral
Rodrigo Gomes Martins Andrade
Fabrício Rodrigues Caseiro
Vera Lúcia Valente de Freitas
Coordenação de Organização e Política Sindical
Adriano Cícero Rabello
Daniele de Carvalho Grazinoli
Vandir da Costa
Coordenação de Educação, Cultura e Formação Sindical
José Rodolfo Santos da Silveira
Cristiane da Costa Lopes Roma
Camila Garcia Baz
Coordenação de Administração e Finanças
Antônio Gutemberg Alves do Traco
Rafael Monteiro Raposo
Valéria Pereira Silva
Coordenação de Comunicação Sindical
Maíra de Oliveira Alves
Pedro Barreto Pereira
Fábio Roberto Marinho da Cruz
Coordenação de Políticas Sociais
Roseni Lana da Mota
Michelle Rodrigues de Moraes
Marta da Silva Batista
Coordenação de Esporte e Lazer
Moacir Selmo Magalhães
Mariana Gomes Martins Magaldi da Silva
Sílvia Costa Alves
Coordenação de Aposentados e Pensionistas
Edson Vargas da Silva
Júlio Cesar Oliveira da Silva
Maria Cristina Vieira Bastos
Suplentes
Ana Beatriz Pinheiro e Silva
Márcia Rocha de Aquino
Luciana Lombardo Costa Pereira
Albertina de Souza Guimarães

Conselho Fiscal
A chapa 1 não apresentou candidatos.

Chapa 2
Ressignificar – Nenhum Direito a Menos

Coordenação Geral
Neuza Luzia Pinto
Gerly Lucy Miceli
Huascar da Costa Filho
Coordenação de Organização e Política Sindical
Jessé Mendes Moura
Wilmar Alcântara
Boaventura Sousa Pinto
Coordenação de Educação, Cultura e Formação Sindical
Joana Maria de Angelis
Damires dos Santos França
Elainne Araújo Viveiros Alves
Coordenação de Administração e Finanças
Nilce da Silva Corrêa
Maria Angélica Pereira da Silva
Delma Dutra Moraes da Cunha
Coordenação de Comunicação Sindical
Marisa Pereira Góes de Araújo
Kátia da Conceição Rodrigues Manoel da Silva
Paulo César dos Santos Marinho
Coordenação de Políticas Sociais
Ruy de Azevedo dos Santos
Ivânia de Jesus Severo Ferreira
Celso Procópio Eduardo Júnior
Coordenação de Esporte e Lazer
Noemi de Andrade
Dulcinéa Barcellos de Souza
José Caetano Ribeiro
Coordenação de Aposentados e Pensionistas
Augusto Barbosa dos Santos
Alda Lúcia dos Anjos Santos
Maria Sidônia dos Santos Lira
Suplentes
Luiz Antônio Barbosa
Luiz Otávio de Souza Silva
Débora da Silva Ramos
Ênio Pereira Rangel

Conselho Fiscal
Titulares
Vera Lúcia Telles
Roseni Lima de Oliveira
Alberto Cláudio dos Santos
Frederico Matheus de A. S. Reis
Cliton Mendes dos Santos
Suplentes
Jurema dos Santos Alves
Luiz Fernando de Oliveira
Sérgio Luiz Barbosa Galdino
Luiz Carlos da Silva
José Roque Duarte

Chapa 3
Unidade na Luta (Tribo, MLC e CSC) – Nenhum Direito a Menos!

Coordenação Geral
Francisco de Assis dos Santos
Diego de Faria Magalhães Torres
Esteban Roberto Ferreira Crescente
Coordenação de Organização e Política Sindical
Nivaldo Holmes de Almeida Filho
Antônio Eduardo dos Santos Conceição
Luciano da Cunha do Nascimento
Coordenação de Educação, Cultura e Formação Sindical
Miguel Ângelo de Mattos Bento
Maria Inês Pereira Guimarães
Veraluce Aguiar Esteves
Coordenação de Administração e Finanças
Ana Célia da Silva
Rafael Coletto Cardoso
Márcia Cristina Farraia da Silva
Coordenação de Comunicação Sindical
Aluízio Paulino do Nascimento
Milton Sérgio Santos Madeira
Carmen Lúcia Mendes Coelho
Coordenação de Políticas Sociais
Vera Lúcia Mendes da Silva
Marli Rodrigues da Silva
Clério Francisco Rosa
Coordenação de Esporte e Lazer
Jorge Pierre Eugênio da Rosa
Délia de Barros Luiz
Antônio Theodoro da Silva Filho
Coordenação de Aposentados e Pensionistas
Helena Vicente Alves
Elza Bastos Borges
Maria do Rosário Martins Marins
Suplentes
Eliane Correia da Silva Soares
Vânia Maria Godinho Carlos Louvisse
Antônio Clóvis Britto de Araújo
Marlene Novenas Rosa

Conselho Fiscal
Titulares
Geraldo Teotônio da Silva
Adriani Pinheiro Freire
Rafaela Franco Binatto
Jorge Nogueira e Oliveira
Washington Bernardo a Silva
Suplentes
Selma Martins Azevedo
Gercino Teotônio da S. Filho
Rubia dos Santos Silveira
Hilem Moisés de Souza Rodrigues
Justina Gomes da Silva

FORA, TEMER!

CCJ acata denúncia de corrupção contra Temer

O deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ), relator da denúncia por crime de corrupção (SIP 1/17) contra o presidente da República, Michel Temer, apresentou seu parecer pela admissibilidade da investigação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

"Não é fantasiosa a acusação", afirmou Zveiter. "É preciso que se faça a investigação. São várias as pessoas envolvidas, e a verdade precisa ser esclarecida. É necessária a investigação dos fatos. Estão demonstrados na denúncia sólidos indícios da prática delituosa."

"Há indícios graves..."

Para Sergio Zveiter, é importante que o presidente se defenda das denúncias, independente de se é ou não culpado delas. "Há indícios graves, e não é fantasiosa a denúncia", reforçou.

"Recomendo aos colegas desta comissão e, em última análise, ao plenário da Câmara o deferimento de autorização com a tranquilidade que este caminho não representa qualquer risco para o estado democrático de direito", leu o relator.

Segundo Zveiter, a acusação contra Temer "não é fantasiosa" e os fatos precisam ser apurados: "É preciso apurar as delações da JBS, o envolvimento de Temer no recebimento dos supostos 500 mil reais por meio de Rocha Loures, a regularidade do encontro entre Temer e Joesley Batista em horário inconveniente. Sobre a gravação, é preciso apurar se os diálogos são verídicos".

Zveiter observou também ser "inviável" o não prosseguimento do processo. "Tudo nos leva à conclusão de que, no mínimo, existem fortes indícios da prática delituosa", completou o relator.

Prazos para votação

Independentemente do resultado na comissão, o parecer será submetido à votação no plenário da Câmara. Até 21 de julho, o parecer deve ser votado na comissão pelos 66 titulares, que votam nominalmente. Passada essa etapa, a denúncia será apreciada pelo plenário da Câmara e precisa do apoio de 342 deputados, ou dois terços da Casa. Cada deputado anunciará seu voto no microfone, de forma semelhante ao rito da sessão que aceitou o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

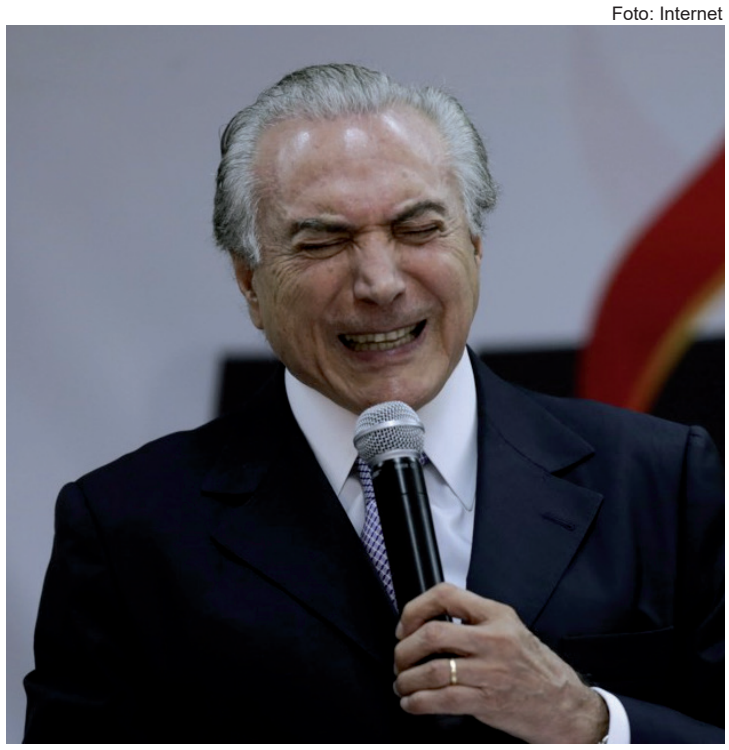
Se a denúncia for aprovada pela Câmara, o STF deve avaliar se nega ou aceita a denúncia. Caso a ação seja aberta, Temer será afastado por 180 dias e Rodrigo Maia, presidente da Câmara, assume de forma interina. Se Temer for condenado, ele deixa o cargo em definitivo. Se for absolvido ou o julgamento não for concluído no prazo, Temer pode voltar à Presidência. Na primeira hipótese, o Congresso tem até 30 dias para convocar eleições indiretas.

Gravações e delações

A denúncia de Rodrigo Janot tem como base gravações e delação premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do grupo J&F, que controla o frigorífico JBS e outras empresas. Ele denunciou Temer ao STF por crime de corrupção passiva e analisa a possibilidade de oferecer outras denúncias, por obstrução e organização criminosa. A defesa de Temer foi entregue à CCJ, e nela seu advogado disse que não há provas do envolvimento do presidente da República em nenhum crime, e que a denúncia se baseia em suposições.

Com a Agência Câmara

Foto: Internet



Pelo fim da violência contra manifestantes

A mobilização nacional em defesa da Previdência e das leis trabalhistas levou milhares de trabalhadores às ruas no dia 30 de junho exigindo "Fora, Temer!". Manifestações foram realizadas na maioria das capitais do país.

Na UFRJ, no início da manhã, trabalhadores e estudantes fecharam por cerca de uma hora a Linha Vermelha. A manifestação foi duramente reprimida por policiais militares, que chegaram em motocicletas cercando os manifestantes e atirando bombas de efeito moral e balas de borracha. Os feridos foram levados a hospitais da região.

No início da noite, uma passeata no Centro do Rio (da Candelária à Central do Brasil), com cerca de 10 mil pessoas, que fecharam a Avenida Presidente Vargas, foi mais uma vez alvo de violência policial.

Providências

No mesmo dia 30 de junho, a direção da CUT-RJ enviou ofício ao secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Roberto Cesário de Sá, solicitando audiência para discutir as ações da Polícia Militar em manifestações populares na cidade.

No documento, a Central Única dos Trabalhadores propõe uma ação conjunta para buscar solucionar o problema, "pois não podemos correr o risco de que ocorram fatos mais graves diante de atos excessivos de repressão policial", assinala o texto.

O presidente da CUT-RJ, Marcelo Rodrigues, está decidido a parar com o abuso da PM: "Já protocolamos ofício para o secretário de Segurança pedindo explicações sobre a barbárie contra os trabalhadores, e não vamos mais aceitar abusos como esses (referindo-se ao dia 30 de junho), típicos de um ambiente golpista no qual vive o Brasil. Quando a democracia nos é negada, a polícia passa a agir como aparelho repressor dos movimentos sociais", acrescentou o dirigente cutista.

O pedido foi motivado especialmente pelos fatos ocorridos naquele dia, conforme relata o documento: "... mais precisamente na Linha Vermelha, na altura da ilha do Fundão, onde policiais militares agiram de forma truculenta com o grupo que ali exercia seu direito de manifestação, ferindo vários manifestantes".

Fotos: Renan Silva

PMs em ação contra trabalhadores e estudantes na Linha Vermelha

FERIDOS por balas de borracha são levados ao hospital

Reitoria reage à invasão do campus

No ato na Linha Vermelha, bombas de gás lacrimogêneo caíram dentro do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), próximo à entrada de serviço do Hospital Universitário.

A Reitoria da UFRJ também reagiu contra a ação abusiva da PM. O pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, disse que a universidade solicitou audiência com o secretário de Segurança para tratar da segurança na Cidade Universitária e também da violência da polícia na manifestação de 30 de junho, na Linha Vermelha.

HU

Faltam material e pessoal na unidade

Delegados sindicais de base que atuam no hospital, a maioria há mais de três décadas, falam das dificuldades que a direção enfrenta para manter a unidade funcionando e do esforço dos responsáveis por setores e das equipes de profissionais para realizar seu trabalho. Cotidianamente, eles driblam a crise causada pela escassez de recursos, que ainda é agravada pela falta de pessoal.

Fotos: Renan Silva

"Das tripas coração"

"Acho que o Complexo Hospitalar seria a solução; mas isso não sai do papel. Se fizessem *(o CH)*, as verbas iriam para os hospitais e cada um gerenciaria a sua. Os outros *(hospitais)* não fazem cirurgias. Nenhum deles tem pacientes operados, internos, acamados, gravíssimos, como tem o HU. No 13º andar tem dois Centros de Tratamento Intensivo e no 7º andar tem mais um. Um monte de coisas precisando de mais recursos. E ainda tem o subsolo com laboratórios, tomografia, raios-X. Imagine um hospital grande como o nosso ter menos verbas que outros menores. O diretor está fazendo das tripas coração, mas precisamos de dinheiro para comprar material e pagar extraquadro." ***Eleonora Baptista de Souza, 35 anos de HU, delegada sindical de base e trabalhadora do Centro Cirúrgico***

"Faltam insumos e *(a direção)* tem que pegar emprestado. A falta de pessoal também complica. Às vezes, um setor com 30 pacientes só tem quatro funcionários. Realmente não tem dinheiro, e a gente tem que fazer o que pode. O que impulsiona o hospital são os bons funcionários. O HU presta serviços que outros não têm. Os nossos são pacientes muito graves, por isso o HU é tão importante." ***Laura Gomes Barreto, há 35 anos no HU, delegada sindical e chefe do Serviço de Saúde do Trabalhador***

"Apesar das dificuldades, temos profissionais maravilhosos. Espero que o hospital consiga se reerguer. Eu amo meu HU. Não vamos deixar a situação piorar para que o hospital não se acabe." ***Vera da Silva, técnica em secretariado do Departamento de Recursos Humanos (DRH), há quase 40 anos no HU, delegada sindical de base***

"Não é só o diretor que está dizendo não. A situação está crítica mesmo. Há dias que falta material. Na sexta-feira *(dia 23 de junho, quando foram suspensas as cirurgias)*, inclusive, a chefe do Serviço tentou contornar a situação procurando conseguir algum material." ***Joana Maria de Souza, técnica em enfermagem do Centro Cirúrgico, 28 anos de HU, suplente de delegada sindical de base***

"Faltam muitas coisas. Minha chefe corre atrás, mas está difícil trabalhar no HU. O governo federal precisa ver a situação do hospital e mandar mais recursos, porque o diretor não vai conseguir que a situação melhore com as verbas que estão mandando." ***Maria José da Silva Filha, 34 anos de HU, delegada sindical e trabalhadora da Divisão Médica***

Dificuldades para trabalhar

"Está difícil trabalhar, até material permanente falta. A situação está precária. O que o diretor fala é a realidade. A solução é aparecerem verbas. E precisamos de gente, porque muitos se aposentaram e não houve reposição." ***Vera Lúcia Lopes de Souza, secretária do Serviço de Clínica Médica, na Divisão Médica, há 42 anos no HU.***

Falta de material e verbas

"A solução é ter material, o básico, e resolver os problemas de infraestrutura. Precisam olhar mais para o hospital. Os alunos de cirurgia plástica compram o material porque querem aprender." ***Soraia Aparecida de Jesus, há 37 anos no HU, delegada sindical, trabalhadora do Centro Cirúrgico***

"Recuperação do HU depende de decisão política"

O diretor do Hospital Universitário, Eduardo Côrtes, pretende reiterar o convite para que os membros do Conselho Universitário (Consuni) visitem o hospital, porque, segundo ele, "parece que ainda não há uma compreensão dos problemas reais deste hospital, que é de alta complexidade".

Nessa visita, segundo o diretor, os conselheiros vão conhecer as principais áreas do hospital com problemas e os setores recuperados pela atual gestão, mas que continuam fechados por falta de pessoal. Côrtes também vai expor as dificuldades pela falta de pessoal e a situação orçamentária da unidade.

Onde estão os problemas

De acordo com o diretor, as principais áreas com problemas no HU são: subestação elétrica, sistema hidráulico, tratamento de resíduos, telhado, elevadores, salas de aula e em setores como a patologia e enfermarias. As que já foram recuperadas, mas continuam fechadas por falta de profissionais: Centro de Tratamento Intensivo (CTI), no oitavo andar, e enfermarias cirúrgicas. "Estão lá, se deteriorando; estava tudo novinho", lamenta Côrtes.

Falta de pessoal e de recursos

O diretor também quer conversar com os conselheiros sobre a falta de pessoal. Ele aponta que houve o desmantelamento da estrutura administrativa ao longo dos anos: "Cinquenta pessoas se aposentaram este ano (até junho) e só vieram três para cá. Estão dando vagas nossas para outros lugares", queixa-se ele.

A falta de orçamento é outro grave problema, disse Côrtes. "Tiraram da gente três meses do pagamento de extraquadro (cerca de R$ 3,6 milhões) no ano passado. Isso precisa ser reposto", reivindica, fazendo um alerta: "Se tirarem também este ano, o hospital poderá ser desativado".

Providências do Consuni

Côrtes calcula que são necessários investimentos da ordem de R$ 35 milhões para recuperação da rede elétrica, hidráulica e outras necessidades básicas de infraestrutura para os pacientes, como água quente, adequar as enfermarias às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e investir no Almoxarifado.

Para que isso ocorra, depende, segundo o diretor, de duas iniciativas: a primeira, o Consuni aprovar no orçamento do próximo ano a aplicação dos R$ 35 milhões para o hospital; e a segunda, a universidade, como não tem esse recurso, precisa negociar com quem tem, que é o governo federal e o MEC. "O MEC precisa tomar a decisão política de recuperar esse hospital", concluiu Côrtes.

Mortes por tabaco podem aumentar

Morrem hoje, no Brasil, 156 mil pessoas/ano em consequência do consumo de tabaco. Mas, essa estatística pode mudar, e para pior, com os modismos que estão chegando ao país

O tabaco mata mais de 7 milhões de pessoas todos os anos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, são 428 pessoas que morrem por dia por causa do tabagismo, 156 mil por ano. Com o perigo da inserção de novas modalidades de tabaco e consumo, esses números podem aumentar. O coordenador do Núcleo de Estudos e Tratamento do Tabagismo (NETT) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Alberto José de Araújo, alerta sobre os danos do narguilé, dos cigarros de sabores e dos cigarros eletrônicos, principalmente entre os jovens.

Novidades perigosas

No momento o tabaco mais consumido no Brasil é o convencional, mas outras formas de tabaco são consumidas pela população. Seja por modismo, seja por novidade, seja por atrativos.

"Está virando modismo entre os jovens dos países ocidentais uma modalidade de tabaco mais barato e tido como natural, que é enrolar seu próprio cigarro, mas não há nada que prove isso. Alguns são até mais tóxicos que o cigarro convencional. O fato é que o cigarro enrolado a mão está vindo com muita força, e no Brasil temos visto isso acontecer no meio universitário", alertou Alberto.

Outro modismo é o consumo do narguilé. Espécie de cachimbo de água de origem oriental, utilizado para fumar tabaco aromatizado. Chamado também de "xixa" (em inglês *shisha*) e "hookah", tem como princípio a fumaça passar pela água antes de chegar ao fumante. Tradicionalmente utilizado em muitos países do mundo, em especial no norte da África, Oriente Médio e sul da Ásia, tem-se espalhado em anos recentes para o Ocidente.

"A fumaça do tabaco é aquecida por carvão, sendo muito mais tóxico. Tem muito mais alcatrão e monóxido de carbono do que o cigarro comum. Para efeito de comparação, uma sessão de narguilé durante 45 minutos corresponde a 100 cigarros. As pesquisas têm demonstrado um elevado consumo e experimentação entre os universitários, especialmente aqueles que não usam cigarro", revelou Alberto.

Narguilé é o mais tóxico

"É muito preocupante a experimentação do narguilé, mesmo entre jovens que não fumam nenhum tipo de tabaco. Porque acham que o narguilé, é inofensivo, tem muitos sabores, e os sabores mascaram o gosto do tabaco. O narguilé, de todos os tabacos, é o que mais libera substâncias tóxicas. Um dos efeitos, e já há escritos sobre isso, são eventos agudos cardiovasculares".

Alberto disse que o narguilé também está entrando muito forte em regiões praianas: "Florianópolis tem várias lojas em que se consome o narguilé como os árabes consomem nos mercados do Cairo. É uma coisa recreacional. As pessoas se reúnem para fumar. Como fazem com o baseado".

Segundo o especialista, o narguilé pode ser também usado para fumar maconha e até crack. "Há relatos de pessoas trocarem a água pela vodca", acrescentou.

Cigarro com sabor

Narguilé, cigarro convencional, charuto, cachimbo e cigarro em palha, todos são comburentes. Por gerarem combustão, eliminam fumaça, e essa fumaça tem alta quantidade de monóxido de carbono, alcatrão, nicotina, aldeídos, metais pesados.

Segundo Alberto, quando a pessoa traga o cigarro – cigarros de sabor, por exemplo –, ela está queimando também essas substâncias que dão os sabores. A queima delas gera produtos secundários, que são, nocivos: "O sabor em si não vai provocar nenhum problema na pessoa, mas se esse sabor é queimado, na hora em que o tabaco é queimado, ele se transforma em aldeído. No cigarro convencional o sabor fica no filtro, umas perolazinhas. A fumaça passa por aquela pérola e vai com gosto de hortelã...tem até um barulhinho, e você pode escolher até o sabor que vai tragar. O cigarro de sabor para o jovem que está experimentando isso acaba sendo uma atração a mais, porque não vai dar aquela tosse irritante, os olhos não vão ficar lacrimejando. Dá até um sabor gostoso".

Cigarro eletrônico

Alberto também alerta em relação ao consumo de outros tipos de tabaco, como o cigarro eletrônico e o aquecido: "Essas duas modalidades estão preocupando os profissionais e entidades médicas brasileiras, pois elas têm sido objeto de muita pressão da indústria do tabaco no Brasil, que quer regulamentar a produção, a distribuição e o consumo".

A Associação Médica Brasileira (AMB) emitiu um alerta para a sociedade brasileira e para as entidades médicas sobre os riscos desses dois tipos de tabaco.

"Estão sendo propagandeados como inofensivos e que podem até ajudar as pessoas a parar de fumar ou a reduzir danos. O discurso da indústria está sendo em cima da redução de danos, como se tivesse algum produto de tabaco que fosse seguro. Até hoje a indústria não provou isso", observou Alberto.

O alerta da AMB é dirigido também aos médicos, para que não prescrevam esses tipos de tabaco como se fossem ajudar a pessoa a reduzir os danos ou reduzir o número de cigarros.

"Isso porque eles são produto de tabaco, têm nicotina e são viciantes. E já detectado no cigarro eletrônico produtos em maior quantidade do que no cigarro convencional", disse Alberto.

"Quem usa cigarro eletrônico não se diz fumante, se intitula 'vapers' *(vaporizadores)*. Tem clubes, grupos de pessoas que se reúnem para degustar os cigarros eletrônicos". *(São mais de 8 mil sabores catalogados.)* "É um grande atrativo. Está sendo muito sedutor. Para se ter uma ideia, de 2011 a 2015, somente no ensino básico nos EUA, até a antiga oitava série, triplicou o número de jovens, com idades de 9 a 14 anos, que usam o cigarro eletrônico como o primeiro tabaco da vida", informou Alberto.

Cigarro aquecido

Outro tipo de tabaco que estão querendo lançar no Brasil é o cigarro aquecido, que já é vendido em cinco países. É um produto da Philip Morris, uma das poderosas indústrias de tabaco. Ele é menor que o cigarro convencional, e em sua ponta há um dispositivo para ligar um filamento que atravessa o cigarro todo. E nas paredes fica o tabaco prensado, como se fosse um MDF embebido em glicerol, tipo de parafina. Aquecida, ela irá umedecer o tabaco e a pessoa receberá uma carga equivalente a 14 tragadas. É uma forma de vaporização também.

"A Philip Morris alega que esse cigarro tem 95% menos alcatrão e menor quantidade de outras substâncias tóxicas que o cigarro comum, e não tem monóxido de carbono. Mas, não há nenhum estudo independente que prove que esse produto não cause danos. Por isso estamos lutando contra o cigarro aquecido aqui no Brasil", disse Alberto.

Indústria sempre mentiu

Segundo o alerta da AMB, não há, até a presente data, estudo científico disponível que tenha sido conduzido pela comunidade de pesquisadores independentes comprovando as afirmações da Philip Morris.

E a entidade destaca: "Afinal, a indústria do tabaco não tem primado, no curso de sua história, por veicular informações sobre os conteúdos e danos inerentes ao consumo de seus produtos; primeiro negaram 'acreditar que a nicotina causasse dependência' na Suprema Corte Americana; depois, alegaram 'desconhecer as doenças tabaco-relacionadas', embora em seus próprios documentos internos – obrigados a disponibilizar publicamente pelo Judiciário britânico e americano – mostrassem que adicionavam, dentre outros produtos nocivos à saúde, as substâncias anfetamínicas".

A indústria do tabaco nunca se preocupou, e não será agora, em contribuir com tecnologias para a redução ou mesmo a cessação do tabagismo de seus fiéis consumidores, pois a indústria do tabaco não produz bens para a humanidade, o seu produto mata 7 milhões de pessoas a cada ano (OMS, 2017), sendo 156 mil somente no Brasil (FIOCRUZ, 2017).